

## Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3103853520210611154416

### Processo 0801756-33.2021.8.23.0010 ☆ - (136 dia(s) em tramitação)

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Nível de Sigilo:** Público

#### Pendências

**Intimações não lidas:** Ver Intimação

#### Informações Gerais

Vínculos (0)

#### Informações Adicionais

#### Partes

#### Movimentações

#### Apensamentos (0)

#### Realces

**Realçar Movimentos de:** ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

**Ocultar Movimentos:** ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

#### Filtros

**Movimentado Por:** ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

**Sequencial(Intervalo):**  ao  **Data do Movimento(Período):**  à

**Descrição:**

42 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 42

500 por pág.  1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	42	11/06/2021 15:44:16 JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>42.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2783560IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf Público</div>			
41	09/06/2021 11:39:15	<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de MARIA ANTONIA FELIX DE SOUSA) em 09/06/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE LAUDO (08/06/2021) e ao evento de expedição seq. 39.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
40	08/06/2021 20:58:49	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE LAUDO (08/06/2021)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES Analista Judiciária
39	08/06/2021 20:58:49	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de MARIA ANTONIA FELIX DE SOUSA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE LAUDO (08/06/2021)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES Analista Judiciária
<input type="checkbox"/>	38	08/06/2021 11:09:12 JUNTADA DE LAUDO	MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA Perita
<b>DECORRIDO PRAZO DE MARIA ANTONIA FELIX DE SOUSA</b>			



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

Processo n.º 08017563320218230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA ANTONIA FELIX DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO DOCUMENTO PESSOAL DO AUTOR**

Inicialmente cumpre informar que o autor deixou de acostar documento de identificação completo, não constando nos autos a frente do documento de identidade onde consta a assinatura.

Deste modo, vem a parte ré requerer que seja intimada a parte autora para devida apresentação do documento.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito

Verifica-se que o Boletim de Primeiro Atendimento Médico acostado encontra-se ilegível, não sendo possível analisar com exatidão o seu conteúdo.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos legíveis já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba

que toda documentação carreada aos autos, em especial o boletim de primeiro atendimento médico ilegível, impossibilita a realização de correspondência entre o dano suportado e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Por fim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de junho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**